

A Trajetória da Primeira Infância no Brasil

Ministério da Cidadania
Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância
Departamento de Atenção à Primeira Infância

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

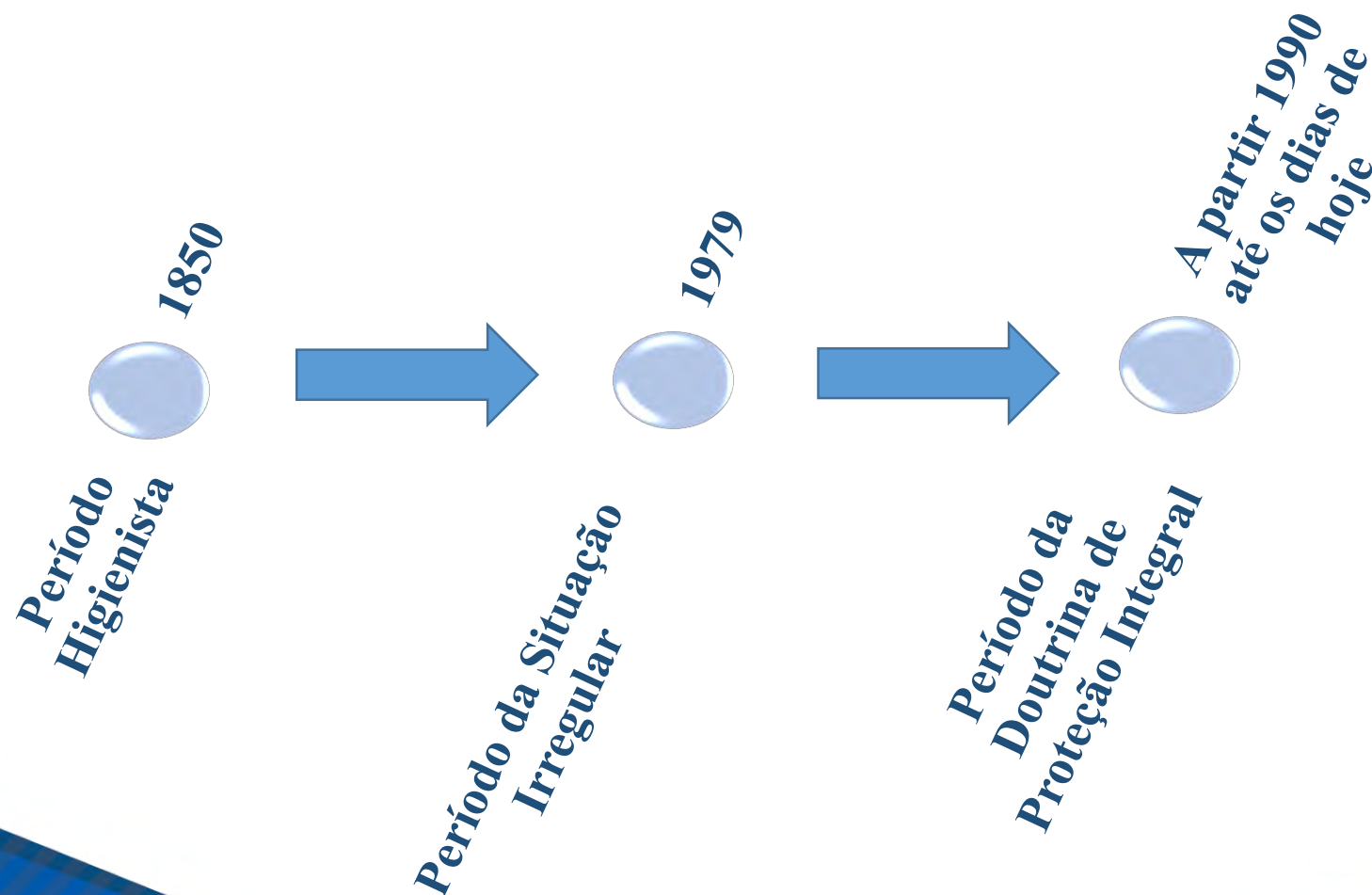
Objetivo da aula

Esta aula visa abordar os avanços obtidos na concepção de infância e de criança no país, demarcando, inicialmente, três períodos importantes que marcaram a trajetória da infância e sua abordagem no Brasil e nos trouxe até o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e o Marco Legal da Primeira Infância, lei nº 13.257, de 08 de março de 2016.

Atenção!

- Recomendamos que antes de continuarmos, você leia o artigo **“Trajetória dos Direitos da Criança no Brasil – De Menor e Desvalido a Criança Cidadã, Sujeito de Direitos”** a partir da página 60. Disponível na publicação **“Primeira Infância: Avanços do Marco Legal da Primeira Infância”**.

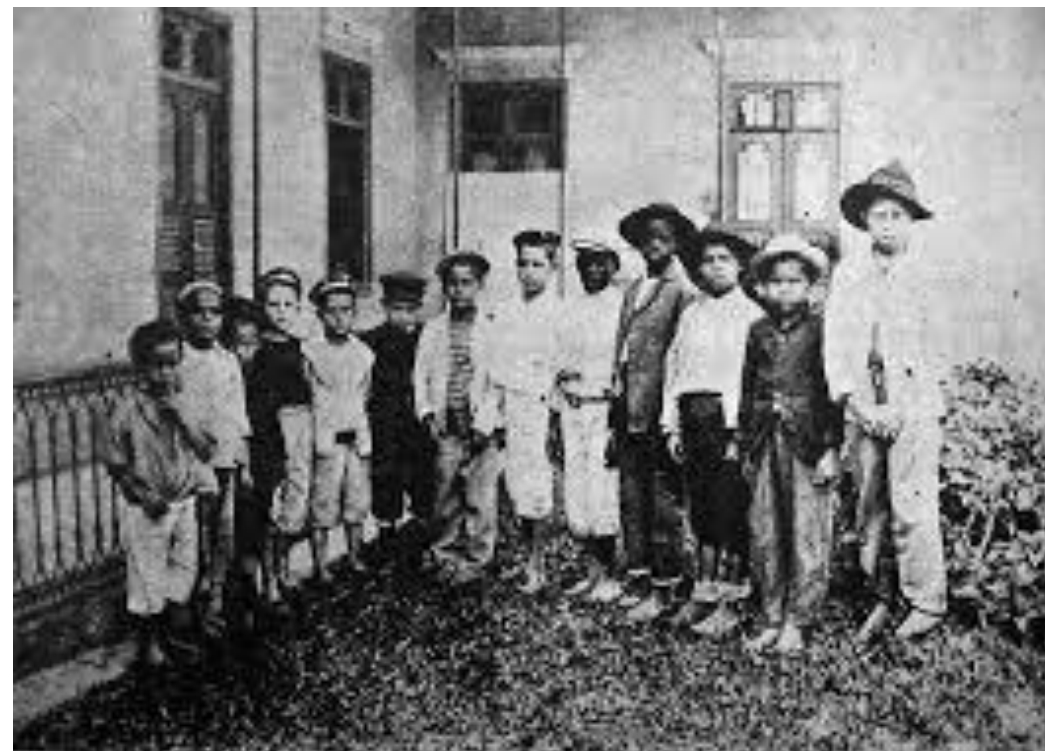
Os avanços sobre a concepção de infância no Brasil



Nossa abordagem foi, didaticamente, dividida em três períodos históricos importantes por demonstrarem o tratamento ofertado pelo Estado às crianças na primeira infância.

Período Higienista (1850 -1978)

O movimento higienista/sanitarista consistia na defesa da saúde pública pela educação de novos hábitos sanitários para a população, em especial, os mais vulneráveis economicamente que viviam em condições higiênicas precárias.



Período Higienista (1850 -1978)



Características da abordagem à infância neste período:

- Invisibilidade da infância e da criança, não estando presente nas ações do Estado;
- Abordagem doméstica, considerada como “assunto” da família;
- Atenção por instituições filantrópicas, as crianças e adolescentes sem família;
- Aproximação entre filantropia e pediatria, as ações eram pautadas no cuidado a saúde;

Atenção!

Recomendamos que você leia o capítulo I, do caderno **“A criança e sua família no contexto dos serviços socioassistenciais”** elaborado em 2018, pela Fundação Osvaldo Cruz em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social.

Período da Situação Irregular (1979 a 1988)

A doutrina do Menor e sua situação irregular, foi se desenhando desde os anos de 1923, a partir do binômio pobreza e delinquência. Onde o tratamento ofertado não se diferenciava e passou a ser sustentado pelo Código de Menores (Lei nº 6697/79) que admitia, por exemplo, que os “menores” infratores fossem segregados da sociedade, de forma generalizada, em estabelecimentos como a FEBEM, desrespeitada a dignidade da pessoa humana e o termo “menor”, inclusive, passando a ser usado pejorativamente.



Período da Situação Irregular (1979 a 1990)



Características da abordagem à infância neste período:

- Correção da situação irregular do “menor”, não diferenciando situações de pobreza ou infração;
- Situação de abandono, carência ou que tenha cometido ato infracional recebiam atenção do mesmo juiz de menores e encaminhamentos;
- Utilização do **termo CRIANÇA**, passa a ser um avanço para este período;
- Atendimentos social aos menores “desvalidos” e/ou em situação de infração, por ações filantrópicas de instituições religiosas e pelas senhoras da sociedade.
- Período onde os “**menores**” eram **passíveis apenas da intervenção**, sem considerar ações de promoção e prevenção das situações de vulnerabilidade social.

Período da Doutrina da Proteção Integral

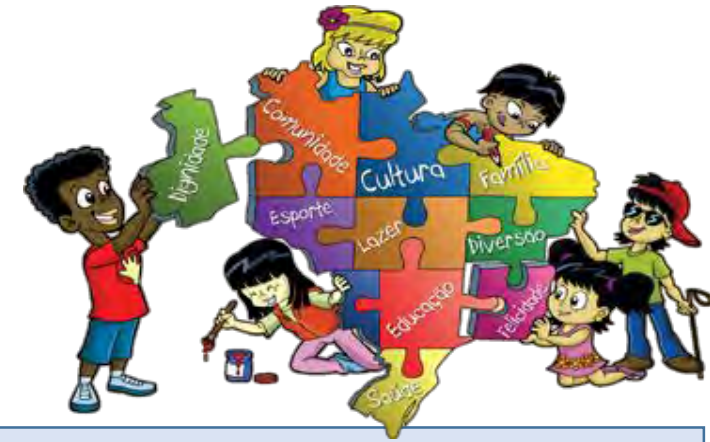
(A partir de 1988 até os dias atuais)

Introduzida no ordenamento jurídico a partir da Constituição Federal de 1988 (art.227), que assegura à criança e ao adolescente a absoluta prioridade no atendimento pelas políticas públicas do Estado, pela atenção da família e da sociedade.

Este reconhecimento nos conduziu ao ECA e até o Marco Legal da Primeira Infância de 2016.

Período da Doutrina da Proteção Integral

(A partir de 1988 até os dias atuais)



Características da abordagem à infância neste período:

- Período reconhecido através da Constituição Federal de 1988;
- Criança e adolescente como prioridade absoluta no atendimento pelas políticas públicas;
- Criança é responsabilidade da família, da sociedade, do Estado e não apenas um assunto doméstico;
- Criança e adolescente são sujeitos de direitos, não apenas indivíduos passíveis de intervenção pelos adultos e pela ação estatal;
- Adoção dos termos **criança** e **adolescente** para indicar sua condição peculiar de desenvolvimento humano.

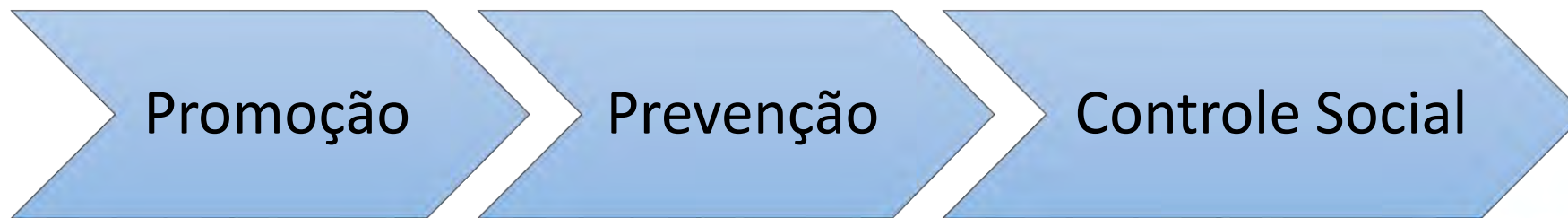
Dicas de leitura

- ✓ [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#)
- ✓ [Convenção dos Direitos da Criança](#)
- ✓ [Regras Mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça e da juventude - Regras de Beijing](#)
- ✓ [Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil \(Diretrizes de RIAD\)](#)

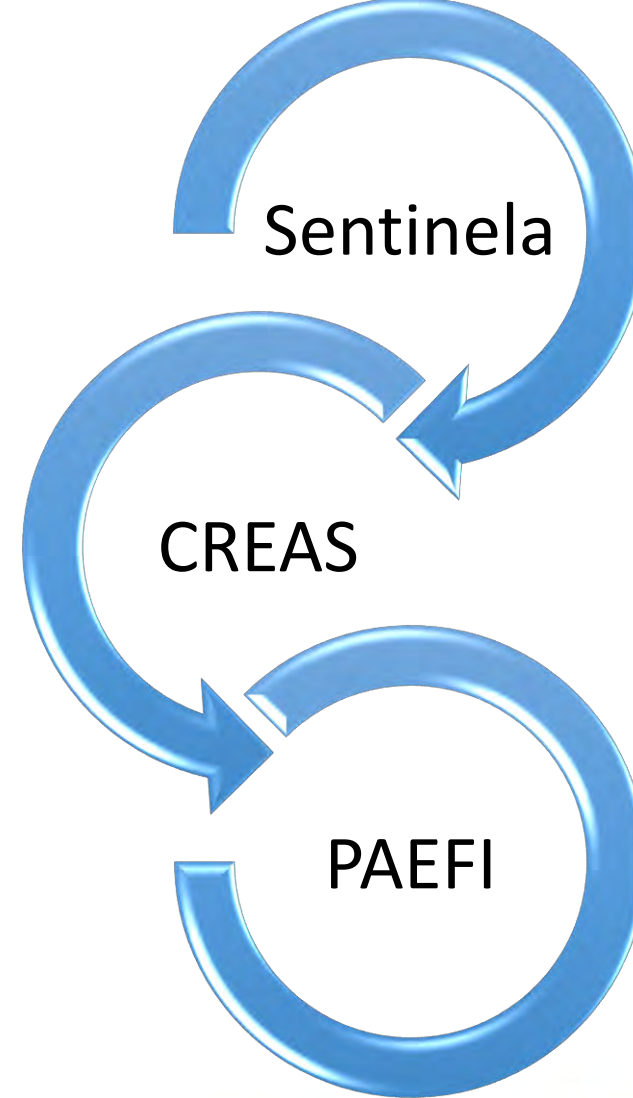
Perspectiva no atendimento após CF 88

Após aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), os esforços e organização dos serviços de atendimento voltaram-se à fortalecer direitos, agora registrados em normativas legais.

O ECA estrutura o atendimento integral e integrado pelas instituições públicas e da sociedade civil, que serve de base para o desenho do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) instituído pelo CONANDA em 2006, e conta com 03 eixos de atuação:

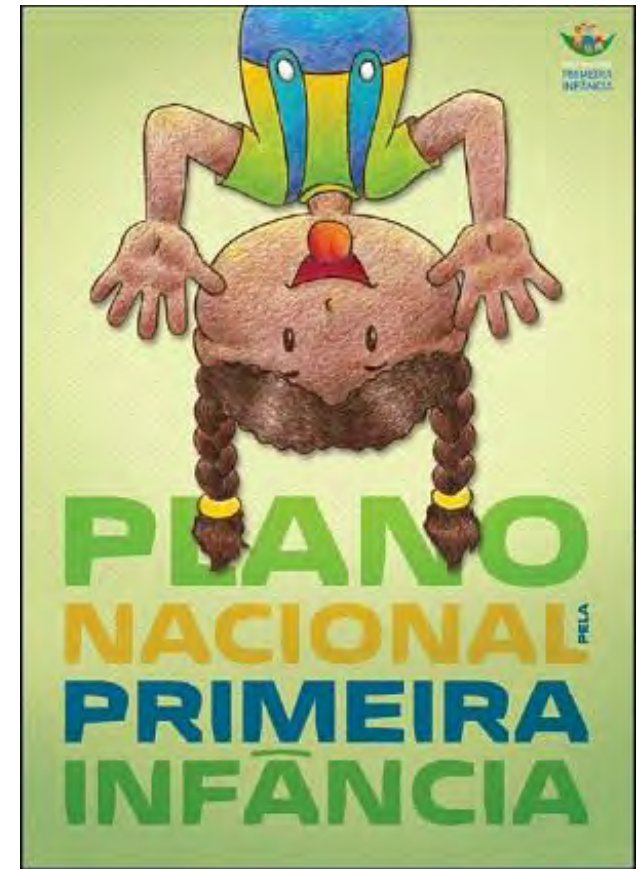


Um exemplo dessa nova perspectiva de atendimento nos anos 90, foi o Programa Sentinela. Este era um programa da Assistência Social voltado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência intra ou extrafamiliar, nas seguintes modalidades: sexual, física, psicológica e/ou negligência, sendo o abuso sexual o mais notificado. Atualmente esse atendimento é realizado através do serviço de **Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)** do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).



Rede Nacional Primeira Infância- RNPI

O Brasil possui uma importante trajetória para o atendimento às crianças e adolescentes e, em 2007, avançou ainda mais com a instituição da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). A mesma conta com a participação de instituições governamentais e não-governamentais e coordenou a elaboração do Plano Nacional pela Primeira Infância, em 2010.

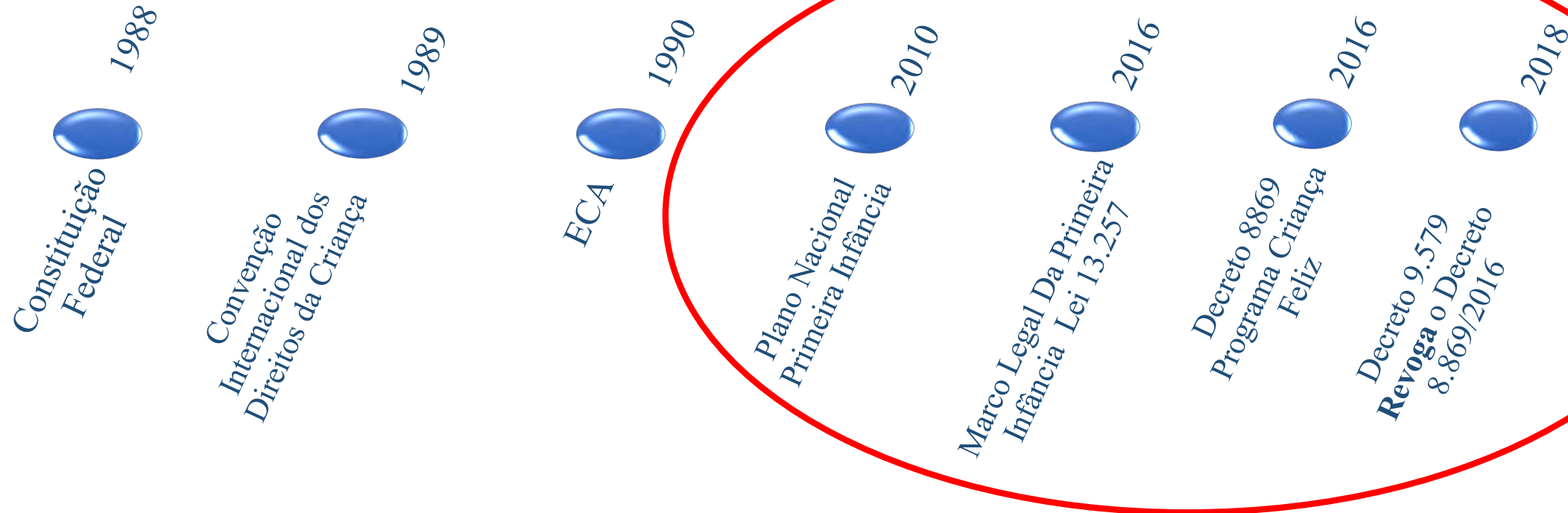


Rede Nacional Primeira Infância-RNPI

O 1º Plano tem vigência até o ano de 2022, no entanto a partir do segundo semestre de 2019, a RNPI iniciou a revisão deste documento e, no dia 22/10/2020, lançou a nova versão do Plano Nacional pela Primeira Infância com vigência de 2022 a 2030.



A partir dessa ótica e pressupostos nasce o Programa Criança Feliz



Assista o vídeo a seguir elaborado pela RNPI sobre o Marco Legal da Primeira Infância com Profº Vital Didonet





Reflexão sobre o vídeo

O que representa o Marco Legal na integração das políticas públicas voltadas a primeira infância?

Finalizando...

Observamos que um longo caminho histórico foi percorrido para que hoje crianças e adolescentes sejam reconhecidos como detentores de direitos humanos, em um processo único de desenvolvimento, em especial as criança na primeira infância.

Como vimos, o recorte a esse período inicial da vida da criança é importante também na lei, uma vez que todos devemos promover as melhores condições para o desenvolvimento infantil. No entanto, isso nem sempre acontece em nossos territórios, já que nem todas as crianças conseguem ser atendidas integralmente em suas necessidades de sobrevivência e desenvolvimento.

Assim, características similares as vistas nos períodos higienista e da situação irregular ainda podem ser visualizadas nos dias atuais.

Finalizando...

Você percebe características, utilização de conceitos ou outra abordagem semelhante as descritas nos dois primeiros períodos apontados nesta aula, nos dias atuais em seu território?

Referências

BRASIL, Câmara dos Deputados. Primeira Infância: avanços do marco legal da primeira infância, Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Brasília, 2016.

HOCHMAN. Gilberto, A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. 496 p. Edições Técnicas, 2016. SBN: 978-85-7018-698-0. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>

BRASIL. Plano Nacional pela Primeira Infância (*versão resumida*). Brasília: Rende Nacional Primeira Infância, 2010. Disponível em: < <http://www.primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/PPNI-resumido.pdf>>

BRASIL. Plano Nacional pela Primeira Infância (*versão completa e atualizada*). Brasília: Rende Nacional Primeira Infância, 2020. Disponível em: < <https://www.andi.org.br/publicacao/plano-nacional-pela-primeira-infancia>>

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (**CONANDA**). **Resolução** 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: DF. Disponível em: < <https://www.mpam.mp.br/attachments/article/1984/Resolucao%20n%20113%20do%20Conanda.pdf>>

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL